



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 12

Sessão Ordinária de Abril

1.ª Reunião de 30-04-2010

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sésnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, Anabela de Almeida Saraiva, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:
Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro e Rui Miguel Macela Leal Vaz.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 21:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Paulo Jorge Lopes Anes e José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves e Anabela Almeida Saraiva, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰³, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Introdução de Portagens nas Auto-estradas envolventes do Concelho de Aveiro;**
- Ponto 3. – Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação, Relativos ao Ano de 2009 da Câmara Municipal, 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município e Relatório de Gestão e Contas de 2009 dos Serviços Municipalizados de Aveiro;**
- Ponto 4. – Delegação de Competências, Protocolos de Colaboração e Transferência de Bens Imóveis para as Juntas de Freguesias;**
- Ponto 5. – Relatórios de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia.**

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:⁰⁴

Acta n.º 07 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 08 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 09 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 10 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 11 – Sessão Extraordinária de Abril - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

De seguida, o Presidente da Mesa⁰⁵ nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o Aluno *Nuno Bastos*⁰⁵, da Escola João Afonso de Aveiro, que veio expor um assunto relacionado com o lixo nas ruas da cidade.

Usou da palavra a Aluna *Maria João Quintela*⁰⁶, da Escola João Afonso de Aveiro, que veio expor um assunto relacionado com os buracos das ruas e passeios da cidade.

Presidente da Mesa ⁰⁷

Usou na palavra a munícipe *Vera Lúcia de Jesus Pires da Rosa*⁰⁸, residente na Vera Cruz, veio expor assunto relacionado com pormenores urbanísticos na zona das piscinas do Sport Clube do Aveiro.

(Entretanto entrou na sala o Vogal, Olinto Henrique da Cruz Ravara)

Usou na palavra a munícipe *Fernando José Florentino Marques*⁰⁹, residente na Glória, veio expor assunto relacionado com publicidade na zona da rotunda do Marnoto.

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste Período de Intervenção do Público, os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰¹⁰

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰¹¹

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰¹²

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰¹³

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰¹⁴

Vogal João Barbosa (PS) ⁰¹⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰¹⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰¹⁷

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰¹⁸

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

“Senhores Presidentes, Senhores deputados, fala-se muito na crise. Aliás a crise tem percorrido tudo o que é notícia e certamente que nos preocupa a todos. Mas em todo este discurso da crise em que se preparam para lançar sobre a generalidade dos portugueses e em particular sobre os trabalhadores um conjunto de medidas gravosas, aparentemente para salvar o país ou para salvar as contas públicas — que não é bem a mesma coisa, é importante lembrar que segundo os arautos da crise, ela não começou este ano, já começou há algum tempo e em que 2009 foi um ano de crise complicada! É por isso que, nós não podemos deixar

passar em claro toda e qualquer oportunidade para lembrar que nesse ano de profunda crise de 2009, o conjunto dos cinco maiores bancos a operar no nosso país obteve mil e setecentos milhões de euros de lucro!?

Durante a crise, mil e setecentos milhões de euros de lucro! E que aumentaram os seus lucros relativamente ao ano de 2008. Também nesse ano de profunda crise, a PT teve mais setecentos e oitenta milhões de lucro; a Cimpor mais duzentos e quarenta e oito milhões; a Galp Energia duzentos e dez milhões, etc., etc., etc.

Sempre que os relatórios e contas destes grandes grupos económicos apresentam não só estes lucros, como subidas dos lucros na ordem dos 10, dos 15, dos 20 e dos 30% relativamente a 2008.

Portanto, aquilo que se está a passar actualmente é um dos maiores roubos organizados da história, em que o Estado intervém como redistribuidor, ou melhor, acumulador da riqueza pública que é centrada nos impostos e os encaminha em forma de benesses para os grandes grupos económicos, que vêm assim aumentar de forma escandalosa os seus lucros. Esta era a primeira nota.

A segunda é mais nossa, mais regional (a outra também é nossa, mas não é tão regional) tem a ver com o facto de ter terminado ontem o período de discussão pública do relatório preliminar do Plano Estratégico do Polis da Ria de Aveiro.

Portanto, mais uma vez um documento que é um documento estratégico para o desenvolvimento equilibrado da nossa região.

A sua discussão ficou limitada ao mero cumprimento formal dos imperativos legais!? As poucas iniciativas públicas que ocorreram, não foram sequer devidamente publicitadas. Nós consideramos no PCP que este conjunto de acções previstas no Polis, descontando algumas acções que são meros estudos para intervenção futura, no seu conjunto pode representar uma melhoria significativa na qualidade ambiental e no desenvolvimento da nossa região. Entretanto há que pugnar para que as garantias financeiras ou melhor, os investimentos, a parte da contrapartida financeira exista, para que os planos sejam levados à execução e não fique como o Polis de Aveiro, em que grande parte dos investimentos previstos, não foram concretizados.

Apesar deste Plano, no nosso entender, é uma colagem de intervenções particulares, algumas das quais já estavam previstas noutros instrumentos, mas que mesmo assim deve andar para a frente.

O facto de existir este Plano, o Polis da Ria não nos leva a retirar as nossas reservas relativamente à solução institucional que foi encontrada e não nos impede de continuar a exigir a existência de uma entidade que faça a gestão integrada da Ria de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Primeiro, num quadro daquilo que é a política nacional, o BE quer registar aqui aquilo que considera ser o definitivo cair da máscara de esquerda do partido que está neste momento no Governo. E isto por causa do entendimento com o recém-eleito líder do Partido Social-democrata.

Até há bem pouco tempo, Pedro Passos Coelho era publicamente contra o PEC. Agora, depois de uma pequena reunião com o Primeiro-ministro, começou a ser a favor do PEC. O que é que obteve em troca?

Obteve em troca a promessa de que vai haver cortes no subsídio de desemprego. Este é um facto preocupante para um partido de esquerda como é o Bloco. E mais, a agravar isto, é a afirmação do Primeiro-ministro hoje na Assembleia da República que desconhece qual o impacto dos cortes no subsídio à população portuguesa. Mas nós sabemos qual é esse impacto — é fome e miséria. E também aqui em Aveiro cabe a todos os órgãos políticos combater mais

este ataque aos trabalhadores e a toda a classe média que, lembre-se, está a ser neste momento completamente esmagada por uma crise da qual não tem culpa absolutamente nenhuma.

Para a história fica a preocupação do Bloco que é também uma certeza: PSD e PS são ao nível da economia, partidos de direita. Ao nível local, gostávamos apenas de fazer uma pergunta ao executivo (e dado o acontecimentos recentes) relativamente ao já aqui discutido edifício do Lourenço Peixinho.

Ouvimos aqui todos, em algumas Assembleias atrás, a exposição do Vereador Miguel Fernandes sobre o caso. Exposição essa com que devemos dizer que nos pareceu séria e com a qual concordamos totalmente. Ficámos até com a esperança de que era um processo limpo. Entretanto tem vindo a público algum desentendimento relativamente a essa questão. E a nossa pergunta é: os pisos que foram construídos a mais, vão ou não ser demolidos? Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [021](#)

“Eu queria aqui congratular, que fez no dia 1 de Abril dez anos que se iniciaram as Bugas — que todos pensando que foi uma iniciativa da antiga câmara. Não é bem assim! As antigas Bugas começaram como ideia do nosso antigo Vereador Belmiro Couto, que eram as chamadas bicicletas brancas; e que portanto penso que foi uma ideia bastante salutar para a cidade de Aveiro, que só peca por uma situação é que realmente continuamos a ter grande falta de ciclóvias e aqueles arranjos que se fizeram para se criar (na altura até da antiga Câmara do Alberto Souto) as ciclóvias na Avenida. Foi uma noção muito errada, porque aquilo de ciclóvias não tem nada. Em vez de criar boas condições e comodidade para as Bugas, cria é situações de perigo e de acidentes porque os paralelos estão de tal maneira alargados, que uma roda de uma bicicleta pode caber entre eles e uma pessoa cai.

Portanto, o que eu quero dizer com isto, é realmente dar os parabéns pela continuação das Bugas que é uma situação que se deve continuar e, portanto, uma grande melhoria de ciclóvias e nomeadamente nas obras novas que se vão fazer. Acho que nunca é de se esquecer as ciclóvias como existem em tantas cidades da Europa, desde Amesterdão a Paris e etc.

Outra da situação que eu queria, e agora não era para falar disto, mas realmente sou obrigado a dizer qualquer coisa sobre o assunto. É que o grupo municipal do CDS nesta Assembleia Municipal, declara a sua completa solidariedade para com o vereador Miguel Fernandes, no caso do prédio da Avenida Lourenço Peixinho. A missão dos autarcas é garantir em nome do interesse público e observando o interesse dos particulares desde que estes não comprometam o interesse de todos os munícipes. Esperamos sobretudo que a legalidade urbanística seja salvaguardada. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [022](#)

“Neste pouco tempo que me é dado nesta fase, gostaria de dizer que é com alguma preocupação que nesta semana ou no fim desta semana, vai ocorrer o princípio do funcionamento em pleno da ADRA. E portanto, com cotejo de consequências funestas que há-de trazer para o nosso concelho e para os nossos concidadãos. As Águas da Região de Aveiro vão iniciar formalmente a sua actividade no dia um de Maio. Vamos ver! Vamos ver o que acontece. Mas obviamente são más notícias para Aveiro.

Gostaria também de fazer uma pequena nota àquilo que a Maria João já aqui falou, do desleixo a que está colocado o nosso parque viário; ao desleixo da situação das nossas ruas urbanas e não urbanas, das nossas vias municipais. De facto, a situação que vivemos é vergonhosa e urge de pôr-lhe cobro.

É preciso um processo de recuperação rápida dessa situação, que não se pode manter por muito mais tempo. Se nós deixarmos passar este Verão sem fazer a recuperação da maior parte dessas vias, vamos ter um concelho intransitável de tal forma que estou convencido que nos próximos testes da PROTEST, Aveiro ainda vai ficar melhor classificada, porque nenhum dos entrevistadores cá consegue entrar e vai fazer as entrevistas nos concelhos vizinhos.

É triste que, tendo nós, entre nós, e também membro desta Assembleia Municipal, o Presidente da ANAFRE, ele não tenha a hipótese de convidar nenhum dos seus colegas Presidentes de Junta para visitar a sua Junta de Freguesia, porque certamente tem vergonha daquilo que lá acontece. E até se lembram que, no período pré-eleitoral, até andaram a trocha moche a distribuir porta a porta um panfleto em que se dizia que as tais ruas, as tais estradas e ruas que estão de facto na mesma condição, iriam ser arranjadas logo após as eleições.

Uma nota singela para falar na situação da Moveaveiro e naquilo que o Vereador Carlos Santos disse.

É talvez altura de finalmente reconhecer a importância da utilização de critérios de capacidade técnica e experiência, na escolha dos Directores Gerais das empresas que gerem o interesse público e o interesse municipal.

Uma nota final, de muito desagrado, e até de alguma perplexidade pela retirada da confiança política do Presidente da Câmara ao Vereador Miguel Fernandes, avocando um processo que lhe estava entregue e que no nosso entender ele estava a percorrer e a fazer de uma forma correcta.

O Senhor Presidente da Câmara no meu entender, demonstrou que não existe solidariedade com os membros do CDS que fazem parte do executivo municipal. E é bom que o CDS comece a perceber que é assim uma espécie de flor na lapela do PSD, e que apenas lhe serve para fazer os fretes e para lhe ganhar as eleições. E eu tenho muita pena e oxalá que o CDS que todos nós estimamos e que já foi durante muito tempo o governo desta terra, enfim, tenha reflectido sobre esta situação.

Mas de qualquer forma, eu não poderia deixar (e estou obviamente a falar daquele prédio na Avenida Lourenço Peixinho que faz gaveto com a Eng.º Oudinot), é que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara, com frontalidade, me respondesse qual foi (e me dissesse) o parecer do IGESPAR relativamente ao processo em causa. Se já tem resposta? Se já recebeu? E qual é?

E saber se esse parecer veio ou não dar razão àquilo que o Vereador Miguel Fernandes tinha em carteira para fazer? Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰²³

Presidente da Mesa ⁰²⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) ⁰²⁵

Vogal Romana Fragateiro (PS) ⁰²⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰²⁷

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²⁸

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰²⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰³⁰

Vogal João Barbosa (PS) ⁰³¹

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD) ⁰³²

Vogal Carlos Picado (PS) ⁰³³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁴

“Hoje e no Período Antes da Ordem do Dia, falarei um pouco sobre posturas partidárias porque na política não pode valer tudo e muitas vezes é a isso que o cidadão assiste ou seja muitas vezes no seu lar o cidadão que sustenta o País assiste a uma luta partidária sem objectivos de melhoria para a sociedade civil e onde o que muitas vezes está em jogo é só o fito

de obter votos e conseguir contestação para daí advir ganhos partidários e não benfeitorias para o cidadão.

Para realçar uma postura diferente referiria a posição da nova direcção nacional do Partido Social Democrata liderada pelo seu Presidente Pedro Passos Coelho que numa altura em que se tivesse uma postura de não colaboração poderia retirar daí dividendos políticos rebaixando claramente a posição do Governo Socialista e obtendo quiçá alguns votos, criando dificuldades ao governo do nosso País, porem a direcção do PSD liderado pelo Pedro Passos Coelho colocou os interesses do país e dos cidadãos à frente do interesse momentâneo partidário. Como é do conhecimento de todos estou a referir-me à colaboração de gabinete e publica da parte do Partido Social Democrata ao serviço do País e dos problemas de todos nós ao dar a colaboração e a ajuda ao partido socialista para em conjunto e na medida do possível tentarem traçar um rumo de conjunto para este País que se encontra na rua da amargura com todos os maus índices estatísticos e económicos que são do conhecimento de todos.

Ao mesmo tempo que registo e que relevei aqui neste hemiciclo esta postura por parte do PSD nacional e do seu líder Pedro Passos Coelho na colaboração com o governo da Nação, gostaria de ver também aqui a colaboração e a disponibilidade para a colaboração por parte do Partido Socialista na apresentação e no melhoramento de projectos que visem a melhoria do nosso concelho e nos quais nem sempre todos nos envolvemos muitas vezes introduzindo na discussão querelas partidárias que só introduzem ruído e que nada trazem de útil a Aveiro e aos Aveirenses.”

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰³⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰³⁶

Vogal Paulo Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente, senhores deputados, Câmara Municipal de Aveiro, muito boa-noite a todos. Tivemos recentemente notícia (há relativamente pouco tempo) pela comunicação social e por intermédio de alguns pais e pelo debate público que também os pais da Glória fizeram, de que houve um revés sério no projecto de requalificação da escola da Glória; tendo este merecido parecer negativo do Gabinete de Estatística e do Planeamento da Educação, o que em princípio impossibilita o financiamento da requalificação desta escola. E que a Câmara Municipal, para ultrapassar este revés, põe a hipótese de reduzir salas de aula ou de fechar a escola e de a integrar eventualmente na escola João Afonso. Esta notícia levanta-nos questões de duas ordens. Uma que tem a ver especificamente com a escola. E relativamente à questão da escola queria dizer que me parece que a Escola da Glória na localização em que está, tem em primeiro lugar uma importância grande para uma política de fixação de casais jovens e de pessoas no centro da cidade de Aveiro. Tem um elemento portanto de proximidade, mas tem também uma importância bastante grande como equipamento que suporta no fundo a área que em Aveiro acolhe a maioria dos serviços e, portanto, onde as pessoas vão trabalhar e tendo ali um equipamento daquele género, podem deixar os seus filhos de manhã, e se houver algum problema visitá-los durante o dia e no fim do seu trabalho recolhê-los de forma fácil. E portanto, no momento em que se fala por exemplo neste tipo de equipamento perto de zonas industriais, zonas empresariais, como suporta este tipo de actividades económicas a localização deste equipamento, tem certamente importância. E tem importância também no processo que se está a assistir naquela zona da cidade, que é um processo de desertificação. E portanto a hipótese de fecharem, tirarem dali aquele equipamento só nos causa mais preocupações, relativamente ao que se vai passar naquela zona.

Relativamente à questão do projecto ou à hipótese do projecto, ter integração na Escola João Afonso à partida não há, apesar destas considerações anteriores, pode ser uma hipótese. Agora tem que ser uma hipótese extremamente bem debatida porque a integração do primeiro ciclo numa escola daquela dimensão não é simples — embora haja casos de sucesso, nomeadamente no Concelho de Aveiro. E não existe um único modelo. Pode ser uma integração só de 1.º e 2.º ciclos e nesse caso exige uma reflexão do 3.º ciclo se faz sentido que ele seja integrado noutras escolas da freguesia, nomeadamente nas secundárias que estão a ser agora renovadas, e portanto levanta questões de fundo.

As questões de fundo são as seguintes: a primeira questão é quantos casos destes é que existem na Carta Educativa de Aveiro? Ou seja, quantos casos é que podemos esperar que possam ter um destino idêntico? E segundo, e mais importante, é saber quando é que a Câmara e o executivo municipal reconhece com humildade que o Partido Socialista tinha razão, e provoca a rápida revisão da Carta Educativa de Aveiro. Porque estas questões são questões estratégicas. Nós continuamos a afirmar que é a Educação um factor estruturante de desenvolvimento. Que é um elemento essencial para que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades.

A nossa insistência nesta matéria tem o objectivo de sensibilizar a Câmara Municipal de Aveiro, eu não vou ser deselegante, e como agora está na moda pedir ao Senhor Presidente que tome posse administrativa desta matéria, peço-lhe que se interesse e que em conjunto com o senhor vereador efectivamente dê uma volta radical à forma como a Carta Educativa de Aveiro está a ser pensada, a reveja rapidamente, a adeque às fontes de financiamento que estão disponíveis, às necessidades educativas do concelho, e faça desta matéria a prioridade que ela merece.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) [038](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) [039](#)

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) [040](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [041](#)

Vogal Anabela Saraiva (PS) [042](#)

Presidente da Mesa [043](#)

Vogal João Pedro Dias (BE) [044](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [045](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [046](#)

Vogal António Salavessa (PCP) [047](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [048](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [049](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [050](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. O Período de Antes da Ordem do Dia, como é entendimento desta Assembleia e é regimental, não é para tratar de assuntos que normalmente são constantes na Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, ou de algum ponto que venhamos a tratar a seguir. No entanto, as referências que aqui já foram feitas ao prédio da Avenida, merecem que realmente eu também faça neste período e gastando alguns segundos, só algumas questões também ao Senhor Presidente da Câmara.

E a primeira questão que queria perguntar é se realmente este assunto da demolição do prédio da avenida tinha sido agendado para alguma reunião de Câmara? É verdade que houve um agendamento? É verdade que houve uma retirada do ponto? É esta a questão que gostaria de colocar.

E uma segunda é se a Câmara está em condições de ter todos os pareceres, de todas as entidades, que façam com que nós possamos com toda a garantia poder executar aquela

demolição sem que haja eventualmente prejuízos para o município de uma decisão errada ou extemporânea que se possa vir a tomar. São as duas questões que gostaria de colocar neste ponto porque para mim o Período de Antes da Ordem do Dia é para discutir outros assuntos. E o assunto que eu trazia aqui para realmente discutir ou para evocar, era o 25 de Abril. Mais um 25 de Abril que se passou! Mais um dia da liberdade onde me preocupa que cada vez que nos vamos afastando mais do 25 de Abril de 1974, cada vez mais vejo que nos distanciamos daquilo que são os verdadeiros ideais de liberdade e de democracia deste 25 de Abril.

E por isso me questiono onde é que estão os ideais de Abril. Quando nós verificamos que há elevados cargos de nomeação política como administradores de empresas que visam prejudicar as empresas para proveito partidário, onde é que estão os ideais do 25 de Abril? Quando nós falamos com muitas pessoas, até principalmente os mais velhos, que estão descontentes com a política e com a classe política, onde é que estão os ideais de Abril? Quando nós vemos o descrédito do nosso país, Portugal, perante os seus parceiros europeus e ficamos muito contentes por estarmos economicamente melhores do que a Grécia. Quando nós verificamos o descrédito na Justiça, nos casos que se perpetuam eternamente no tempo, e aqui gostaria só de lembrar o caso Casa Pia, que é um exemplo paradigmático de como a nossa Justiça não funciona.

É pois este um lamento de inconformismo. Porque para mim os ideais de Abril ainda estão vivos. Porque eu acredito numa sociedade que seja solidária, socialmente justa, em que a obra que se executa seja para benefício de todos e não somente para alguns. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁵¹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵³

“Senhores deputados, por respeito à lei e ao Regimento, que regula o funcionamento desta Assembleia, por respeito essencialmente aos Senhores deputados que tiveram a atenção de não apresentarem neste ponto do Período de Antes da Ordem do Dia assuntos que se devem incluir na Comunicação Escrita, e também porque aparentemente a esmagadora maioria dos assuntos agora colocados se enquadra directamente ou se pode enquadrar, na Comunicação, nós aguardaríamos pela Comunicação para prestar todo o esclarecimentos em relação a estes assuntos.”

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁴

“Senhor Presidente, eu queria fazer uma interpelação à Mesa, eu peço desculpa. Ainda há bocado nós estivemos aqui a fazer um exercício na bancada de saber se a questão do prédio da Avenida estava ou não na Comunicação do Presidente. E não está!? E não está! Não está na Comunicação do Presidente.

E a minha questão é a seguinte: qual é que é o óbice? Portanto, não estando, o Senhor Presidente não se referiu por escrito à Assembleia sobre esta questão. Então é absolutamente legítimo que os senhores deputados a levantem. Não é uma questão de somenos importância, pelo contrário, é uma questão muito importante — e, portanto, várias bancadas a levantaram. Podem dizer-me que há várias interpretações. Na minha opinião todas rebuscadas de não se poder aflorar este assunto neste momento, mas eu pergunto: qual é que é o problema o Senhor Presidente da Câmara hoje com as perguntas frescas, com as reflexões frescas, se referir à questão, agora, neste momento, neste ponto da Ordem do Dia?”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁵

“Senhor Presidente. É para apresentar um veemente protesto por parte da minha bancada, da forma como o Senhor Presidente da Câmara Municipal trata esta Assembleia.

Nós de facto não estamos aqui a fazer nada porque o Senhor Presidente faz de tudo o que dizemos ‘orelhas moucas’. Não atenta nos conselhos que aqui são dados e de facto, desrespeita de uma forma, enfim, a todos os olhos reconhecida toda a acção política dos deputados municipais. E digo-lhe Senhor Presidente da Mesa, esta câmara a que o Senhor preside, se o Senhor quer ser o Presidente desta câmara e ter o respeito de todos os deputados, tem de invectivar o Senhor Presidente da Câmara para ele responder àquilo que é perguntado. É para isso que ele aqui está. É para prestar contas daquilo que faz.

Eu sei que ele não gosta de prestar contas daquilo que faz. Eu sei que empurra para cima dos outros aquilo que lhe caberia fazer! Não respondendo tem a posição de abstim. Eu não me meto nisso. A única vez que toma a palavra é para dizer: “eu não respondo porque vou responder a seguir”.

O Senhor Presidente da Mesa para merecer o respeito desta Assembleia terá de proceder em conformidade e terá de invectivar fortemente o Senhor Presidente da Câmara e de o obrigar a cumprir aquilo que está prescrito no regulamento desta Assembleia.”

Presidente da Mesa ⁰⁵⁶

“Senhor deputado. No caso do que assistimos à sua intervenção e àquilo que acaba de referir, obviamente que o Senhor Presidente da Câmara é soberano nas respostas que pretende dar. E isso cabe ao próprio Presidente de Câmara.

Mas neste caso concreto aquilo que ouvimos não foi uma não resposta, mas apenas um adiamento das respostas levantadas por ter havido a interpretação de caber no Ponto da Ordem de Trabalhos que vem a seguir (na interpretação provavelmente em sentido lato) que é a Comunicação Escrita da Câmara e a mesma referir-se a assuntos do próprio município.

No entanto, e porque desde já vamos iniciar esse Período da ordem de trabalhos, o Presidente Câmara responderá cabalmente ou não, àquilo que senhor deputado acaba de referir.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁷

“Senhor Presidente. Temos procurado nesta Assembleia apresentar propostas construtivas. Temos procurado criticar a Câmara naquilo que deve ser criticado — e em muitas coisas tem de ser criticada, em quase todas aquilo que faz. E temos respeitado profundamente e até elogiado a posição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, da forma como tem conduzido os trabalhos.

Não se admire se as coisas, se as coisas continuarem assim, a ver-se de repente nesta Assembleia (que talvez seja esse o desejo de todos) sem a presença dos deputados do Partido Socialista.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁸

“Apesar de ser esse talvez o papel da Mesa, eu acho que devemos apenas tentar refrescar um pouco aquilo que o nosso Regimento estabelece.

Eu aquando da minha intervenção inicial, aquilo que quis sobretudo frisar é: se nós estabelecíamos ou não uma prática de funcionamento que conduzisse a que um conjunto de assuntos que tivessem a ver com a actividade da Câmara fosse tratado na Comunicação do Senhor Presidente, no primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Já vi que não é esse o entendimento, nem há consenso em torno disso. Portanto não vamos forçar a Assembleia a ter uma figura que não existe de facto.

O nosso Período de Antes da Ordem do Dia destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. É isso que diz.

E na Comunicação do Presidente, nós temos como deveres ou direitos a apreciação da actividade camarária em geral e de apreciar uma intervenção. É evidente que em termos funcionais parece-me a mim que fazia sentido, mas não há de facto qualquer obrigação regimental ou legal que tenha de ser de acordo com o entendimento que a Mesa fez e que eu subscrevi.

Não havendo esse entendimento, eu pessoalmente estarei mais atento para saber que assuntos é que vou colocar no Período de Antes da Ordem do Dia, mesmo que sejam referentes à actividade municipal.”

Presidente da Mesa ⁰⁵⁹

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo)

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁶⁰

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁶¹

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶²

“Senhor Presidente, senhores deputados. Nesta primeira intervenção antes da intervenção do Senhor Presidente, já que o Senhor Presidente faz questão em não intervir na introdução do Ponto, eu também não irei intervir enquanto não ouvir o Senhor Presidente.

Só queria chamar a atenção da Mesa, porque a Mesa é (e o Senhor Presidente em primeiro lugar) o principal responsável pela qualidade e conformidade dos documentos que são apresentados a esta Assembleia. Da conformidade com a Lei e com o Regimento.

Ora acontece que de algumas Comunicações para cá, a Comunicação do Senhor Presidente deixou de corresponder às exigências e imperativos Regimentais e legais, designadamente no que diz respeito à informação sobre o Saldo, portanto a alínea d) do artigo 16.º n.º 1 do Regimento, o Saldo e o estado das dívidas assumidas e vencidas a fornecedores.

Portanto isso fez parte das Comunicações do Senhor Presidente até meados do ano passado, no final do ano passado essa informação desapareceu das Comunicações Escritas.

É algo que deve ser vigiado e corrigido, se possível até no decorrer desta Sessão. Deve vir a informação que aqui está em falta.

Também é meu entendimento que a informação referente ao que consta na alínea a) do artigo 16.º do mesmo artigo n.º 1, é que a informação sobre a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal, nas Associações, Federações de Municípios, nas Cooperativas, Fundações e outras entidades de cariz não empresarial, designadamente essa informação, não pode resumir-se ao anexar os balancetes dessas entidades.

É uma informação sobre a actividade dessas entidades e a participação da Câmara nestas entidades. Portanto deve ser algo mais do que isto. Deve traduzir até que ponto é que a intervenção dos representantes nessas entidades, associações, federações, empresas, contribui ou não para o desenvolvimento de determinadas linhas estratégicas ou linhas de actuação e eventualmente posições em que a Câmara Municipal tenha estado por exemplo em acordo ou em desacordo, no que diz respeito às políticas fundamentais ou a actividade fundamental, desenvolvida por essas entidades.

Penso que não é necessário desenvolver em cada uma das Comunicações uma informação pormenorizada sobre tudo. Mas deve haver pelo menos um ou dois momentos no ano em que nesta Comunicação Escrita deve estar plasmado, pelo menos as grandes linhas de orientação relativamente a essa presença no conjunto ou melhor em cada uma das empresas municipais e entidades em que a Câmara está representada.

Esta informação é muito tangencial e reduzida. Nalguns casos em relação a muitas delas é completamente omissa e limita-se à publicação ou melhor, ao colocar em anexo os balancetes dessas entidades — quanto a mim é claramente pouco! Pedia por isso à Mesa para que ficasse na justeza destas minhas observações e providenciasse junto da Câmara, no sentido de corrigir e facultar melhor informação a este órgão.

Queria registar que a observação que aqui fiz no início ou melhor no decorrer da Sessão Extraordinária, relativamente às actas da Câmara Municipal não estarem disponíveis no site da Câmara, quero aqui registar que deixou de estar apenas a acta n.º 1 de 2010, e já estão as actas de Janeiro, já estão as actas de Fevereiro...é um passo! Vamos ver se a Câmara consegue recuperar o atraso na publicação destas actas, porque tal como disse na Sessão anterior é fundamental para a apreciação da actividade municipal da Câmara, é fundamental o conhecimento das actas do executivo.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Eu gostava de começar por perguntar ao executivo se tem a noção que a comunicação verbal e interpessoal na política não é muito mais rica do que isto. Do que enviar para nossas casas a Comunicação Escrita e depois se recusar por começar a apresentar aqui aquilo que deve ser apresentado.

Mas eu vou na mesma intervir e dizer que este documento começa por falar da ligação ferroviária para o Porto de Aveiro, que nós saudamos e disso não haja dúvida. O transporte ferroviário deve haver um investimento no transporte ferroviário em detrimento do transporte via alcatrão. No entanto, este é para nós mais um exemplo de como se pode investir nos três transportes para mercadorias sem pensar mais uma vez na mobilidade dos cidadãos.

É por isso também, para já e na nossa opinião, uma oportunidade perdida de iniciar um anseio legítimo, tanto dos cidadãos aveirenses como no concelho vizinho de Ílhavo, que é a existência dos transportes públicos intermunicipais. Tecla em que o BE volta a bater porque é uma tecla importante e em que da Câmara só percebemos passividade.

Lembro que o acesso de todos à mobilidade é uma condição necessária à liberdade e à justiça social. Ainda há bocado aqui se falou do 25 de Abril! É um imperativo decisivo no combate à desigualdade e à exclusão. É aliás esta falta de visão estratégica da Câmara para a mobilidade, a principal falta também numa verdadeira política de sustentabilidade de que o documento fala a seguir, seja a nível ambiental ou no que se refere à qualidade de vida dos cidadãos. E é de sustentabilidade que quero falar aqui, porque a sustentabilidade não se refere apenas a políticas concretas e apenas ambientais. Está hoje mais do que provado que a noção de sustentabilidade dos economistas neoclássicos, que basicamente depositam no produto interno bruto todas as esperanças para uma sociedade mais próspera e justa, está errada. E tem que passar à história! A crise actual em que vivemos e que falámos aqui há bocado e que a propósito por exemplo não entregar vinte mil milhões de euros à banca é uma diminuição da

despesa, para quem eventualmente não tenha percebido isso. Para quem eventualmente não tenha percebido isso, como eu estava a dizer, a crise actual que vivemos actualmente é em grande parte devido única e exclusivamente à especulação.

Tal como todas as crises económicas, desde a primeira, desde a de 29, se comprova a teoria de Keynes, que segundo a forma de combater o desemprego e garantir o crescimento é através da intervenção do Estado. Em especial da promoção do investimento público. E é isso que não se vê neste documento. É isso que não se vê na política da Câmara.

É necessário que se deixe de falar em crescimento económico e se passe a falar em desenvolvimento económico. É preciso que a política toda faça por isso uma reavaliação séria que redimensione os conceitos de crescimento e de bem-estar. Vemos por exemplo neste documento que o projecto municipal “Habit’Aveiro” recebeu cinquenta candidaturas para aquisição de habitação social a custos controlados. Isto é um mau sinal.

É um mau sinal. Quer dizer que há pessoas que não têm casa. E é mau sinal porque a alternativa para quem não tem casa para desta Câmara é só uma, comprar uma casa — mesmo que a custos controlados.

O BE tem falado aqui da necessidade não de construir mas de reconstruir. Aveiro e a propósito também do que foi aqui falado no princípio por um cidadão, Aveiro tem uma cidade fantasma escondida por placares publicitários e isso é muito mais grave do que por exemplo toda a publicidade em altura de eleições.

Vemos por exemplo também que no existente difícil contexto de mobilidade dos aveirenses, a Câmara não assume uma posição séria contra a política das portagens, nem naquilo que lhe compete que é o controlo do seu próprio sistema de transportes.

Vemos por exemplo também e saudamos que se promova que as pessoas andem a pé, como vem no documento, mas andar a pé significa, tem que ser integrado numa política em sentido lato. Aveiro é hoje uma cidade que está a crescer mal e é uma cidade retalhada! Uma cidade que não tem transportes públicos. Uma cidade que podia ser pequena, mas de repente cresce desta forma sem condições absolutamente nenhuma para andar a pé, faz-me simplesmente achar que o que está neste documento apresentado pela Câmara é uma invenção. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [064](#)

“Boa noite. Vou ser realmente muito rápido. Este é um documento realmente que projecta o trabalho da Câmara durante os últimos três meses. Temos aqui aspectos bastantes importantes, nomeadamente ao nível de ajuda social, que eu penso que acho que foi uma situação bastante salutar, que a Câmara de Aveiro enveredou e consegue melhorar a qualidade de vida das pessoas sem qualidade que vivem na nossa cidade.

Estou a falar no congelamento das rendas sociais e no programa da habitação a custos controlados. Penso que são as duas situações bastante importantes que nestes três meses se fizeram.

Em relação à situação da mobilidade, pois também penso que a Câmara de Aveiro está a começar por algum trabalho de qualidade a ser executado. Embora pense que necessitará de uma maior celeridade em toda esta execução, nomeadamente na boa qualidade de transportes dentro da cidade, tanto a nível de rodoviário, como a nível pedestre, como a nível de vias cicláveis, como há bocado ainda referi. Neste momento é só isto que eu tenho para dizer e muito obrigado por estarem a ouvir.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [065](#)

“Senhor Presidente, apenas para dizer que não irei dizer grandes coisas, porque espero pelo esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara.

De qualquer forma, queria mais uma vez vincar a profunda falta de respeito que o Senhor Presidente da Câmara Dr. Élio Maia aqui demonstra por esta Câmara. De facto não bastava a Comunicação do Presidente não cumprir sequer os preceitos estatutários e legais, nomeadamente a nível da informação financeira. Não bastava isso! O Senhor Presidente nega-se sempre a falar, talvez porque não tenha nada a dizer. E esse é o grande problema de Aveiro. Temos um Presidente de Câmara que nada tem a dizer e pior do que isso nada sabe fazer. Esse é o grande problema de Aveiro.

Veja-se o problema que aqui foi e é acolitado com outras pessoas do mesmo tipo. Já agora, para alguns sorrisos que existiram na bancada da Governança, veja o Senhor Presidente o seguinte: a falta de efectivamente enfim, não consigo qualificar a posição do Senhor Presidente! Veja se tem alguma linha, uma palavra que seja, relativa à problemática do prédio da avenida e mostrem-me onde é que está? O Senhor Presidente recusou-se no ponto anterior da Ordem de Trabalhos a comentar ou a responder às perguntas que aqui foram feitas, dizendo que o ia fazer a seguir. No entanto, a seguir quando lhe foi dada a palavra disse obviamente como é costume, como é seu costume, aos quesitos não disse nada! Nada! É o que ele sabe fazer. É de facto o grande problema de Aveiro!? Aveiro perdeu qualidade de Governança. Aveiro não está representado em lado nenhum. Ainda ontem houve uma Assembleia intermunicipal, Aveiro não se faz representar! O Senhor Presidente não vai a lado nenhum. Os lugares que deviam ser de Aveiro como capital do distrito a liderar, dá a liderança a outros, porque de facto demonstra que não tem qualidade, esta Câmara não tem qualidade, para estar à frente de uma Câmara com o prestígio, com a qualidade, como Aveiro merecia.”

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁶

“Eu queria felicitar a Câmara Municipal de Aveiro, na pessoa do Senhor Eng.º Carlos Santos, pelas alterações que houve no Parque Expo; estou a falar da Feira de Março.

E também queria dirigir uma palavra de apreço ao director desse parque, porque verificou-se este ano que houve algum cuidado na forma de exposição, bem como no aspecto da animação. Acho que só Aveiro ganha com uma Feira de Março viva. Por outro lado, queria também felicitar a Câmara Municipal pelo cartão social de sénior. É um cartão que (eu falo ao nível da Freguesia de Santa Joana) está a ter bastante aderência e que no fundo vão beneficiar todos aqueles que ultrapassaram os sessenta e cinco anos, em alguns serviços que a Câmara possa oferecer.

E por último queria falar no “Limpar Portugal.” Uma iniciativa quanto a mim que correu bem. É pena haver poucas vezes — e se não fosse o tempo que tivemos, estou convencido que essa campanha resultaria muito melhor. E é só o que tenho a dizer. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰⁶⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁸

“A Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro foi inaugurada, está a funcionar, abrindo novos horizontes para a economia local e regional.

Aveiro e a sua região dispõem de mais um factor de crescimento, este troço como todos sabemos é importante para o objectivo estratégico de ligar comercialmente Aveiro a Salamanca e ao resto da Europa, tendo como porta de entrada o mar.

Trata-se, pois, de mais uma infra-estrutura mobilizadora colocada ao serviço da economia aveirense.

Congelamento das rendas das habitações sociais. A Câmara Municipal decidiu-se pelo não aumento das rendas à semelhança do que acontecera em 2009, medida esta que visa apoiar as pessoas e as famílias no quadro de crise económica e social nacional, que se repercute em

Aveiro. Este congelamento beneficia cerca de 600 Agregados familiares, representando um encargo municipal na ordem dos 87 mil euros.

Esta medida visa obviar o aumento de situações reais de pobreza, da exclusão social e do endividamento familiar.

A Feira de Março. Sobre a feira de Março queria aqui dar os parabéns pela organização da mesma pois este ano foi possível a uma feira tradicional de exposição e diversão dizia eu este ano foi possível juntar a esse cartaz característico da mesma um cartaz musical e de animação mais atractivo que possibilitou a adesão de mais pessoas ao dito evento.

Festa do Livro. Gostaria de falar também sobre a festa do livro que decorreu no mercado Manuel Firmino e que sendo uma novidade em Aveiro foi uma acção de animação de um espaço de um mercado municipal e que possibilitou conjugar o programa cultural com a dinamização económica, servindo assim o propósito de atrair novos públicos aos mercados municipais.

Em termos culturais esta acção permitiu trazer ao mercado Manuel Firmino mais de 100 mil livros a um preço apelativo que estiveram expostos aos cidadãos aveirenses sendo só por isso um facto digno de referência nesta assembleia.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁶⁹

Presidente da Mesa ⁰⁷⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁷¹

Presidente da Mesa ⁰⁷²

Vogal Carlos Picado (PS) ⁰⁷³

Vogal Paulo Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. O tema que vou abordar neste Ponto da Ordem de Trabalhos refere-se à questão do Parque da Sustentabilidade. A forma como este projecto foi aprovado e tem vindo a ser apresentado, levanta um problema crónico a meu ver.

Quero saber se os organismos públicos devem procurar projectos para fontes de financiamentos disponíveis ou se devem ter projectos, e face a esses projectos, encontrar fontes de financiamento? Infelizmente constato que o executivo da Câmara Municipal de Aveiro relativamente a esta matéria adoptou a primeiro modelo. Este modelo tem naturalmente enormes riscos como se está aliás a verificar.

Recordo que estamos a falar de uma intervenção numa área de 29 hectares, numa zona extremamente sensível e num valor significativo de catorze milhões de euros!

Ora uma intervenção desta magnitude requer uma estratégia relativamente a várias matérias de enorme importância para o município. Analisemos alguns projectos em detalhe. Projectos esses que em alguns casos têm vindo a ser apresentados na sua especialidade de forma parcelar.

Não questiono a importância de reabilitar a estrutura ecológica urbana, dando-lhe alguma continuidade. Penso aliás que a reabilitação de alguns desses parques é mais ou menos pacífica no enquadramento político ou partidário que existe no concelho. Mas falemos relativamente a alguns projectos específicos e começo pela célebre ponte que tem sido amplamente debatida na comunicação social.

Sou daqueles que em primeiro lugar tem altas e muitas reservas, relativamente ao enquadramento urbano e ao impacto visual que esta ponte vai ter, mas não me vou focar nesse assunto que não é pouco importante, mas queria relevar o seguinte: vi que a Câmara Municipal e aqui enfatizo a Câmara Municipal na pessoa dos seus técnicos, porque os políticos que naturalmente foram eleitos nas últimas eleições entenderam estar ausentes do diálogo com esses grupos de cidadãos que têm manifestado dúvidas relativamente a este projecto. Li, como dizia, de um destes grupos de cidadãos o seguinte: a ponte pedonal do

Rossio não teve como suporte um estudo técnico onde se tenha avaliado com rigor o número de pessoas que irá servir, os eventuais impactos positivos, que perderá potencial, aos efeitos perversos que poderá ter, por exemplo na migração de funções de bares e restaurantes.

Ora esta é uma questão que me preocupa e preocupa-me há vários anos relativamente a outras áreas de Aveiro. O meu medo relativamente a esta questão é que à custa do projecto da ponte e de eventualmente ligar áreas de parques e áreas ecológicas, não se esteja a medir o impacto que isto vai ter numa área residencial já bastante fustigada neste momento, com alguns elementos da restauração e de vida nocturna, que evidentemente têm o seu lugar, mas sobre os quais devemos ponderar quando são inseridos nestas áreas urbanas de pessoas que necessitam de descansar.

Outra questão que levanta altas dúvidas é a intervenção no Alboi!? O bairro do Alboi tem uma característica única na cidade. A sua configuração em ilha, tecnicamente não como se poderá definir, é uma configuração para mim extremamente interessante e com características únicas em Aveiro. Dá-lhe uma noção de proximidade e de vizinhança entre as pessoas que lá habitam. Criam um espaço resguardado, calmo e tranquilo, onde os cidadãos de Aveiro podem levar as suas crianças a brincar e a fruir do espaço que aí está.

Ora a intervenção planeada, cortando o parque do Alboi, com uma via pelo meio do parque, para mim altera radicalmente esta configuração e gera altas dúvidas de que traga alguns benefícios para Aveiro. Acho que não traz.

Outra questão tem a ver com a intervenção no Conservatório, que no master plan que pudemos ver na exposição aí aparece. Acho importante que Aveiro reabilite esse equipamento. Mas acho importante também que a Câmara Municipal nos esclareça em que situação está a sua relação com a Fundação Calouste Gulbenkian, visto que algumas notícias ultimamente de algum conflito nos causaram preocupação. Mas sobretudo e mais importante, é saber onde é que essa intervenção se enquadra Senhor Presidente. Na estratégia para a educação artística para o concelho de Aveiro (se é que ele existe)? O que é que é exactamente para fazer naquela zona e que tipo de interacção é que pensa a Câmara Municipal, no âmbito da dinamização do ensino artístico no concelho (que é muito importante), pretende fazer ali?

E termino com uma última questão que me levanta dúvidas, que é a questão do Centro de Imagiologia que aparece descrita no Parque de Sustentabilidade?! Não sei os detalhes técnicos relativamente a isso, mas preocupa-me uma coisa. Na última Assembleia Municipal eu perguntei em concreto à Câmara Municipal se tinha alguma ideia, alguma estratégia, para a Saúde no concelho de Aveiro. A resposta que obtive foi um silêncio sepulcral. A única coisa que podemos dizer é que não existe estratégia. E então porque é que se coloca o Centro de Imagiologia neste projecto ali. O Hospital vai continuar naquele lugar ou não vai? Se não vai, porquê ali o Centro?

É preciso que o Centro de Imagiologia esteja ao lado do Hospital? Não faço ideia. Mas isto tem que ter um debate e uma estratégia por trás. No fundo o que eu penso que falta neste projecto é um problema crónico deste executivo municipal: é não terem uma ideia de cidade, uma ideia de concelho, uma estratégia. Disse.”

Presidente da Mesa ⁰⁷⁵

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁶

“Mais uma vez em defesa da honra. Não é pessoal obviamente, mas honra política da bancada do PCP. Nós não considerámos nunca, nem nunca iremos considerar, a participação de uma entidade deste tipo, uma instituição deste tipo, como trabalho.

Não fazemos mistura. É uma participação cívica. É uma obrigação cívica. É um dever corresponder aos interesses de quem nos elegeu e de participar e participando não é nossa política bloquear trabalhos.

Gostamos que o Regimento seja cumprido. O Regimento diz que os trabalhos podem continuar havendo deliberação nesse sentido. Nós estamos de acordo em que sejam promulgadas. Obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁷⁷ colocou à votação, nos termos regimentais, o seguimento dos trabalhos além da meia-noite, sendo o mesmo aprovado por maioria.

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) ⁰⁷⁸

Vogal Celina França (PS) ⁰⁷⁹

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁸⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁸¹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸²

“Rapidamente só para reforçar aquela minha nota no Período de Antes da Ordem do Dia. Foi a altura errada para o fazer mas dadas as circunstâncias fiz referência ao prédio da avenida, para reforçar realmente as minhas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, para nos contar aqui nesta Assembleia realmente qual é a história que está por trás deste embargo ou seja: o que é que se tem passado desde aquela altura em que há vários anos o Eng.º Carlos Santos embargou na realidade e muito bem aquela obra?

Também falando de obras, referir que o Campus da Justiça (esperemos que brevemente) comece a ter a sua execução. Há quem veja que poderá interferir com a escola da Glória, eventualmente por alguns barulhos que possam surgir. Eu gostava também de saber quais são as medidas preventivas que neste momento já estão consideradas. De certeza, tenho a certeza que há medidas preventivas nesse sentido.

Também uma referência à animação do enterro do ano, deste ano de 2010, que mais uma vez teve as suas festas centradas, pelo menos as festas nocturnas, centradas no parque de estacionamento do estádio municipal, que me parece que é o local ideal para se realizarem estes festejos — mau grado possa perturbar algumas pessoas que possam morar mais perto. Mas parece-me que pesando os prós e os contras, poderá ser realmente um sítio acertado de um espaço livre, um espaço que realmente pode servir para este género de eventos e por isso me parece e faço um balanço positivo também acerca da escolha deste local em detrimento do local antigo, que era a zona da lota, que havia muito mais perturbação da via pública. Também a propósito desta festa dos estudantes, dizer e congratular-me pelo facto de ter corrido bem, mais uma vez, mais um ano, em que correu bem, em que houve uma grande dinâmica, uma grande participação dos nossos estudantes da Universidade de Aveiro e que me parece que quando há estas sinergias entre aquilo que a cidade pode oferecer e aquilo que os estudantes e a academia pode oferecer, podem fazer boas festas, dentro da ordem — que foi realmente o que se passou.

Também uma referência ao planeamento que é espelhado nesta Comunicação. Eu não partilho de algumas opiniões que aqui foram tidas acerca do desfazamento daquilo que é o Plano Estratégico do Concelho de Aveiro e o nosso Plano Director Municipal.

Parece-me que esta integração existe naquilo que é integrável. São dois documentos diferentes de cariz completamente diferente, mas que me parece que dentro daquilo que me é possível, ambos perspectivam um futuro e integram uma série de decisões, que são decisões importantes para a organização do território que é o município de Aveiro e para a definição do modelo de desenvolvimento para o nosso concelho. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Soares e Fernandes ⁰⁸³

Vereador Carlos Santos ⁰⁸⁴

(Entretanto saíram da sala os deputados, Raúl Ventura Martins, João Alberto Simões Barbosa, Nuno Manuel Marques Pereira e Manuel Vieira dos Santos)

Membros da Assembleia

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) ⁰⁸⁵

Vogal José António Vieira (PPD/PSD) ⁰⁸⁶

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁸⁷

Presidente da Câmara ⁰⁸⁸

“Senhores deputados permitam-me que comece com uma nota sumária e prévia. Dizemos que a liberdade é a essência do regime democrático — mas democracia não é anarquia! Tem regras. E essas regras estão definidas. Não é por acaso que a Assembleia da República e o Governo e a própria Assembleia definiu regras previamente para o seu funcionamento. Respeitar a Assembleia é exactamente exigir o cumprimento escrupuloso dessas regras. E não é andar a improvisar regras em função dos nossos interesses momentâneos.

Preparei este esclarecimento prévio que tem a ver com a questão de se responder ou não no Período de Antes da Ordem do Dia.

Não é a Câmara na nossa perspectiva que está mal em não responder a assuntos que se colocam, quando se podiam colocar na Comunicação Escrita — é quem coloca os assuntos fora do local próprio que estará mal. Eu ouvi por exemplo aqui, ainda hoje, falar-se da questão das Scut's e das portagens. Não faz sentido. Nós temos um ponto específico para analisar esse ponto por que é que havemos de falar dele agora. São questões... enfim!

Vamos às questões do Período de Antes da Ordem do Dia, àquelas que penso que não terão ficado respondidas.

Polis da Ria de Aveiro, António Salavessa. Entidade gestora da Ria, excelente! Não fará sentido nenhum. Esta luta tem que ser de todos. Não faz sentido nenhum este investimento de cem milhões, para depois não haver uma entidade gestora e que dê continuidade a esse trabalho.

Quanto à pergunta do Ivar Corceiro (e estou a responder às perguntas feitas nessa altura) o edifício da avenida — o que foi construído a mais ou os andares construídos a mais, vão ou não ser demolidos? Foi essa a pergunta. E a resposta é: os que estão a mais daquilo que o PUCA e os instrumentos de planeamento e a lei prevê, vão ser demolidos.

Qual foi o parecer do IGESPAR? Foi outra pergunta que foi feita aqui. O parecer foi pedido já ao IGESPAR em relação ao prédio da avenida e às entidades a quem tínhamos que enviar o processo; foi solicitado.

Até este momento não nos chegou nenhuma informação de que tenha chegado resposta do IGESPAR. Portanto não temos resposta do IGESPAR até este momento.

Prof. Manuel António Coimbra, também em relação ao prédio, se o assunto foi agendado ou não para reunião de Câmara ou se foi retirado? Não foi agendado para a reunião de Câmara. A questão do parecer do IGESPAR já está respondida.

Quanto à questão da Saúde. Penso que ficou o único ponto no âmbito da Comunicação Escrita por responder, dar esta informação. Tem havido um diálogo permanente, constante, profundo, com as entidades envolvidas neste projecto. A Universidade de Aveiro com a Administração do Hospital de Aveiro, Governador Civil, Ministério da Saúde, no fundo tentando articular e definir uma estratégia para depois fazer chegar aqui esse documento à Assembleia.

Tem sido um processo frutuoso. Acreditamos que oportunamente ele virá aqui para podermos todos analisar aquilo que foi o trabalho feito em conjunto por todas essas entidades que estão envolvidas.

Quanto ao prédio da avenida que foi o ponto aqui mais focado, dar uma nota final do seguinte teor: esta questão do prédio da avenida foi um dos processos que nós já herdámos.

E fizemos tudo aquilo que na nossa perspectiva tínhamos que fazer. Começámos por não considerar aquilo que nos diziam de que havia compromissos anteriores, de que poderiam ser construídos os sete pisos. Não sei se havia se não havia, nem nunca estivemos preocupados se havia ou se não havia. A nossa posição foi firme. Só se pode construir lá ou só poderão construir aquilo que o PUCA (que na altura ainda não estava em vigor, que era um instrumento de planeamento que estava já na fase final de preparação) estabelecer.

Quando isso não foi respeitado na prática pelo proprietário ou pelo empreiteiro, quando não foi respeitado, fizemos aquilo que tínhamos que fazer — naturalmente embargamos a obra. Havia uma não conformidade como aqui foi dito, e aquilo que o município fez foi actuar e impedir que a obra continuasse. É por isso que a obra esteve parada este tempo todo.

Esteve parada porque a Câmara não deixou o processo andar. Ficou parada porque a Câmara tomou uma decisão firme. E aqui quero saudar e faço-o porque já não está com o pelouro, já faz parte do passado, em termos de obras municipais, quero saudar a firmeza e a clarividência que o Eng.º Carlos Santos teve neste processo. Foi sempre o Eng.º Carlos Santos que despachou este embargo da obra e que acompanhou mais este processo.

E é assim que nós vamos continuar no processo da avenida. Continuar com firmeza. Continuar no respeito por toda a legalidade e fazendo tudo no sentido de que o problema se resolva. Não queremos que ali, com muito boa vontade da nossa parte, com muito calor, com muito entusiasmo, com muita alegria, com muito empenho, acabe por ter ali outra Vidor ou outro caso que se vai arrastar durante vinte anos nessas malhas da Lei.

Por isso vamos continuar a cumprir a Lei e vamos continuar a ser firmes e vamos procurar resolver o problema. Neste momento, como já há pouco referi, estamos a aguardar pareceres que já foram solicitados a entidades externas ao município. E está marcada também já uma reunião alargada em termos de município, com diversos sectores, departamentos e divisões, para uma análise conjunta e para uma tomada de decisão em relação ao processo.

Quanto ao ter avocado o processo dizer-vos que, este é apenas mais um de muitas centenas de processos que ao longo destes dois mandatos tenho chamado a mim.

Como sabem e é do conhecimento de todos, a responsabilidade primeira das decisões que são tomadas pelo município são do Presidente da Câmara. E o Presidente de uma Câmara, à luz da Lei, não é propriamente uma figura decorativa ou meramente decorativa, que ande por lá a passear. E sempre, sempre, em todos os casos que a complexidade ou a importância de um assunto exija a minha intervenção directa, nunca me demiti, nem nunca me demitirei das minhas responsabilidades.

Neste caso concreto, para terem uma noção do que está aqui em causa, a correcta análise da situação envolve diversos departamentos e divisões municipais, dispersos por diferentes pelouros e vereadores. Por exemplo, envolve a divisão do Planeamento, que se tem que pronunciar; envolve o Departamento de Obras Particulares, que se tem que pronunciar; envolve a Divisão Económica e Financeira; envolve o Departamento Jurídico; e envolve pelo menos as Obras Municipais. São cinco departamentos, com três vereadores, que estão envolvidos neste processo, pelo que me pareceu justificar-se plenamente a minha directa coordenação neste projecto.

Por último, qual é o interesse do município, dos cidadãos, neste processo? É que ele se conclua respeitando a Lei. Neste caso significa acabar o prédio, respeitando os instrumentos de Planeamento em vigor. Não iremos gastar dinheiro público sem ter esgotado todas as possibilidades de resolução. E a quantia em causa exige o máximo de atenção e o máximo de cuidado, porque são duzentos e cinquenta mil euros que estão aqui em causa.

Podem assim ficar descansados porque neste como em todos os processos, apenas nos move a prossecução do interesse público — e o futuro o confirmará e iremos estar cá para ver e para confirmar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁸⁹

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰⁹⁰

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁹¹

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰⁹²

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁹³

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰⁹⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁹⁵

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰⁹⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁹⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁹⁸

De seguida o presidente da Mesa⁰⁸⁹ deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 05 de Maio (4.ª feira) pelas 20:00 horas. Eram 01:45 horas do dia 01 de Maio de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:15)